

FORMULÁRIO DE EXERCÍCIO DE DIREITOS

AVISO PRIVACIDADE PARA O EXERCÍCIO DOS DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto de 2019, o Titular dos Dados pode solicitar ao responsável pelo tratamento a confirmação de que os dados que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, sendo o caso, exercer os seus direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação, portabilidade ou oposição ao tratamento, nos termos dos artigos 15.º e seguintes do RGPD.

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

A Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), pessoa coletiva n.º 6000025420, é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos através do presente formulário, tratados exclusivamente para as finalidades indicadas infra.

SEDE DGAEP

Rua da Alfândega n.º 5A, 2.º, 1149-095 Lisboa

Telefone: (+351) 213 915 300

Horário de atendimento: Dias úteis: 09h00 - 17h00

E-mail: protecao.dados@dgaep.gov.pt

ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

Nos termos da alínea a) do número 1, bem como dos números 3 e 5 do artigo 37.º do RGPD, e do artigo 12.º da Lei n.º 58/2019, a DGAEP designou, através do Despacho n.º 10/DG/2022, um Encarregado de Proteção de Dados, com a missão de assegurar o cumprimento e a fiscalização da aplicação do RGPD e da legislação nacional de proteção de dados, salvaguardando os direitos, liberdades e garantias dos titulares dos dados pessoais.

FINALIDADES E PRAZOS DE CONSERVAÇÃO

Os dados pessoais recolhidos através do presente formulário serão tratados pela DGAEP exclusivamente para:

- i) assegurar o exercício dos direitos do titular, incluindo a gestão dos pedidos e respetivos esclarecimentos, com base na obrigação jurídica a que a DGAEP está sujeita nos termos do RGPD;
- ii) demonstrar evidência perante a autoridade de controlo (CNPD); e/ou
- iii) constituir prova do devido tratamento do pedido, designadamente em situações que possam configurar ilícito contraordenacional.

Os dados serão conservados pelo prazo de cinco anos após a resposta ao pedido. Caso o pedido esteja associado a uma situação que configure indícios de ilícito contraordenacional, a informação será conservada por dez anos após a decisão administrativa definitiva ou o trânsito em julgado de decisão judicial.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Para informações complementares sobre o tratamento dos seus dados pessoais ou para apresentação de reclamações, deverá ser consultado o procedimento anexo ao presente formulário. Para mais detalhes sobre a forma como a DGAEP trata os dados pessoais e sobre o exercício dos direitos dos titulares, recomenda-se a consulta da Política de Privacidade disponível em www.dgaep.gov.pt.

Caso seja trabalhador da DGAEP, aplicar-se-á igualmente a Política Geral de Tratamento de Dados Pessoais dos Trabalhadores da DGAEP, a qual se encontra disponível na intranet.

FORMULÁRIO PARA EXERCÍCIO DOS DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

(ao abrigo dos artigos 15º a 22º do RGPD)

Os campos assinalados com um asterisco (*) são de preenchimento obrigatório.

1. Dados de Identificação

Nome *

Documento de Identificação *

BI

CC

Passaporte

Termo de Residência

Data validade *

N.º Telemóvel a)

Morada b)

N.º / Lote / Andar

Código Postal

E-mail b)

a) preencha apenas o número de telemóvel se autorizar ser contactado/a para esclarecimento de alguma dúvida no âmbito das finalidades deste formulário.

b) Caso pretenda ser contactado por e-mail, preencha apenas o e-mail. Caso pretenda ser contactado por carta, preencha apenas a morada.

2. Caracterização do pedido

Qual a natureza do pedido? *

Pedido de exercício de um direito

Reclamação

Selecione o tipo de Direito que pretende exercer (assinalar a opção pretendida) *

Retirar o consentimento [artigo 13º, nº 2 c), do RGPD]

Direito de acesso [artigo 15º do RGPD]

Direito de retificação [artigo 16º do RGPD]

Direito de apagamento (“Direito a ser esquecido”) [artigo 17º do RGPD]

Direito de limitação [artigo 18º do RGPD]

Direito de portabilidade [artigo 20º do RGPD]

Direito de oposição [artigo 21º do RGPD]

Direito relacionado com decisões automatizadas, incluindo definição de perfis [artigos 21º e 22º do RGPD]

Outro. Qual?

Descrição e fundamentação detalhada do pedido/reclamação *

Indique se tem documentação relevante para o caso ou provas do que alega *

NÃO tenho documentação a anexar ao meu pedido / reclamação

SIM, tenho documentação / provas as quais junto ao presente formulário

Se respondeu SIM, indique o nº, nome e breve descrição do(s) documento(s) submetidos *

Número de documentos

#	Nome do documento	Breve descrição
---	-------------------	-----------------

3. Assinalar a relação jurídica que o Titular de Dados tem / teve com a DGAEP *

Funcionário / Trabalhador da DGAEP

Funcionário / Trabalhador da administração pública

Candidato a procedimento de concursal de recrutamento

Estagiário

Prestador de Serviço

Sem relação com a DGAEP

Outro. Indique qual:

4. Formato de envio e de confirmação da identidade do Titular dos Dados

Como pretende submeter o presente formulário, documentos anexos e confirmar a sua identidade? *

Remeter, em formato digital (PDF), para o e-mail protecao.dados@dgaep.gov.pt o presente formulário devidamente preenchido e assinado eletronicamente, através de assinatura digital certificada com recurso ao Cartão de Cidadão ou à Chave Móvel Digital, acompanhado da documentação de suporte ao pedido identificada acima. Não é necessário enviar cópia do documento de identificação.

Remeter, em formato digital (PDF), para o e-mail protecao.dados@dgaep.gov.pt o presente formulário devidamente preenchido e assinado eletronicamente, acompanhado de cópia de documento de identificação válido e da documentação de suporte identificada acima;

Apresentação do formulário impresso e documentação de suporte identificada acima, bem como apresentação do documento de identificação válido presencialmente nas instalações da DGAEP;

Enviar por carta registada (CTT) para a morada da sede da DGAEP, com o presente formulário devidamente preenchido, cópia do documento de identificação válido e documentação de suporte identificada acima.

5. Declaração do Titular dos Dados

Tomou conhecimento das finalidades para as quais a DGAEP recolhe e trata os seus dados pessoais constantes no aviso de privacidade associado ao presente pedido / reclamação; *

Tomou conhecimento da Política de Privacidade da DGAEP. *

Data *

Assinatura *

6. Canal de resposta preferencial *

Correio Eletrónico (E-mail);

Carta (CTT) para a morada indicada neste formulário.

7. Representação do Titular dos Dados (por representante legal ou mandatário)

Nos casos em que o formulário seja preenchido e assinado por representante legal do titular dos dados (como progenitor, tutor ou curador), deve ser feita prova dessa qualidade mediante a apresentação de documento válido que a comprove, designadamente certidão de nascimento, documento de identificação do menor acompanhado do documento de identificação do progenitor ou responsável parental, ou decisão judicial que atribua a representação legal. Quando a representação seja exercida por advogado ou outro mandatário, deve ser apresentada procuração bastante que confira poderes expressos para a apresentação do pedido.

Nome do Representante*

Documento de Identificação *

BI

CC

Passaporte

Termo de Residência

Data validade *

Fundamento para a representação *

(Indicar: parentesco, decisão judicial, procuração, etc.).

Data *

Assinatura *

(Para uso exclusivo dos serviços da DGAEP)

Nº do Pedido:

Conferência da identidade e assinatura do Titular dos Dados efetuada por:

Nome do trabalhador:

em

PROCEDIMENTO

A DGAEP disponibiliza ao titular dos dados um formulário para que, por via eletrónica ou postal, possa exercer os direitos supra indicados.

CANAIS DISPONÍVEIS PARA EXERCÍCIO DOS DIREITOS DOS TITULARES

O titular dos dados pode exercer os seus direitos através dos seguintes canais:

- por correio eletrónico, enviando o pedido para protecao.dados@dgaep.gov.pt;
- por carta (Ctt), endereçando a carta para a sede da DGAEP; ou
- entrega em mão, em formato de papel, nas instalações da DGAEP.

CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DOS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

1. Confirmação da identidade do titular dos dados:

- (i) Para submeter o pedido é necessário comprovar a identidade. Caso não tenha assinado o formulário com recurso ao cartão de cidadão ou chave móvel digital, deve ser anexada cópia de documento de identificação válido (Cartão de Cidadão, Bilhete de Identidade, Passaporte ou Autorização de Residência), com a informação excedente devidamente rasurada, preferencialmente em cópia a preto e branco;
- (ii) Este comprovativo será destruído logo após a respetiva confirmação de identidade do titular dos dados;
- (iii) Em alternativa, caso não pretenda assinar o formulário com recurso ao cartão de cidadão ou chave móvel digital, nem anexar cópia do documento de identificação, poderá apresentar o pedido presencialmente nas instalações da DGAEP, comprovando a sua identidade no momento.

2. Prazos de resposta:

- (i) Os pedidos serão respondidos no prazo de 30 dias a contar da respetiva receção;
- (ii) Em situações excecionais, em função da complexidade do pedido ou do número de pedidos apresentados, o prazo poderá ser prorrogado até mais 60 dias;
- (iii) Nesses casos, o titular dos dados será informado, dentro do prazo legal, do motivo da prorrogação e das medidas em curso.

3. Formato de resposta:

- (i) A resposta ao titular dos dados será sempre prestada por escrito, utilizando o mesmo canal em que o pedido foi recebido; ou
- (ii) De acordo com a opção expressa pelo titular dos dados no ponto 6 do formulário (“Canal de resposta preferencial”).

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA MINUTA

No campo “**Descrição e fundamentação detalhada do pedido/reclamação**”, o titular deve facultar as seguintes informações:

1. **Pedido de Retificação** indicar os dados concretos que pretende retificar e justificar a correção;
2. **Pedido de Limitação** indicar e justificar o que motiva o exercício deste direito:
 - (i) Contestar a exatidão dos dados pessoais;
 - (ii) O tratamento dos dados é ilícito;
 - (iii) Houve oposição tratamento de dados nos termos previstos no RGPD.
3. **Pedido para Retirar o Consentimento** indicar a finalidade para a qual pretende retirar o consentimento;
4. **Pedido de Oposição**, indicar as finalidades a que se opõe ao tratamento e fundamentar com os motivos relacionados com a sua situação particular;
5. **Pedido de Portabilidade** indicar quais os dados que pretende ver transmitidos e para que entidade deseja que seja enviada a informação. Nota: o direito à portabilidade só pode ser exercido quando o tratamento dos dados pessoais se baseia no consentimento do titular ou na execução de um contrato, e quando o tratamento é realizado por meios automatizados. Na Administração Pública, a maioria dos tratamentos assenta em obrigação legal ou em funções de interesse público, pelo que este direito apenas poderá ser exercido em situações excecionais.
6. **Pedido de Apagamento** indicar e justificar o motivo que fundamenta o exercício deste direito:
 - (i) Os meus dados pessoais deixaram de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
 - (ii) Retirei o consentimento em que se baseava o tratamento e não existe outro fundamento jurídico que o legitime;
 - (iii) Opus-me ao tratamento, e não existem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento;
 - (iv) Os meus dados pessoais foram tratados ilicitamente;
 - (v) Os meus dados pessoais devem ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica decorrente do direito da União ou de um Estado-Membro a que o responsável pelo tratamento está sujeito.